



“Droga” Um problema de saúde pública

Carlos Mota Cardoso
Psiquiatra
Professor Convidado da
Faculdade de Psicologia e
de Ciências da Educação da
Universidade do Porto

Existe um enigmático paradoxo ao redor do problema “droga” em Portugal.

Enquanto que do lado da resposta o país está razoavelmente servido por um bom conjunto de leis e de planos organizativos, que aliás revelam uma apreciável abertura a valores humanistas bem característicos da cultura lusitana, do lado das acções e dos resultados das mesmas, toda a nação assiste, impotente, não só ao insucesso, mas também ao agravamento do fenómeno. O transfundo humanista que ressalta da resposta clínica e social ao problema “droga” não se tem reduzido a atitudes mais ou menos passivas de compreensão e encorajamento, mas, bem pelo contrário, as respostas têm-se ajustado aos progressos (infelizmente ainda escassos) que a ciência nesta matéria tem alcançado. Porém o resultado não escapa, de todo, a um frustrante fracasso. Quer dizer, ao mesmo tempo que em Portugal existe um plano estratégico de elevada qualidade, aliás elaborado por uma equipa de grande mérito¹, o país vê crescer todos os dias as ruínas morais, sociais e médicas que o fenómeno “droga” provoca. A palavra “droga” remete imediatamente para um cenário de representações diversas e imprecisas, mas que se contraem, geralmente, nos seguintes pólos temáticos: doença, insegurança, criminalidade, desvios comportamentais variados, atropelos morais e sociais, perversões, etc.

A relação entre a “droga” e cada uma destas áreas tem sido abordada pelos discursos técnico, social e até político em contextos tão diversos que os

saberes produzidos e os resultados teóricos e práticos obtidos são, não só divergentes, mas até frequentemente contraditórios.

Trata-se, de facto, dum tema verdadeiramente complexo, mais pelas consequências (especialmente sociais e médicas) do que pelas causas. Qualquer estudo a seu respeito deve, portanto, exigir profunda seriedade, ampla disponibilidade racional e mesmo espiritual, aguda sensibilidade e sentido crítico, por forma a evitar a demagogia por um lado e o reducionismo pelo outro. Constata-se que o mau estar nos espaços urbanos tem crescido de forma alarmante nos últimos anos. E agigantou-se nas chamadas áreas metropolitanas, pese embora o esforço desenvolvido por muitos técnicos que vêem o seu trabalho esboroar-se, dia após dia, face à dinâmica de insucesso que progride e ao sentimento de impotência que se instala na consciência colectiva do povo. Portugal tem, porém, um problema acrescido. Há hoje no país cerca de dois milhões de bebedores excessivos. Quer dizer, em cada dez portugueses, dois consomem álcool em demasia. E, destes dois, um (ou próximo deste número) é jovem. Estudos recentes mostram que a juventude masculina e feminina do Porto e de Lisboa, caminha, velozmente, para padrões de comportamento aditivo ao álcool que se revelam, a curto prazo, muito preocupantes. Se nada se fizer no sentido de travar os consumos excessivos de álcool estaremos, pela certa, diante dum grave problema de saúde pública de contornos ainda difíceis de prever, mas seguramente arrasadores da saúde colectiva nacional. E, muita desta juventude cai na esfera da “droga” num contexto de politoxicod dependência. Quer dizer, no Portugal urbano, como aliás em algumas franjas do Portugal rústico, uma parte importante de consumidores dependentes usam, ao mesmo tempo, por exemplo, álcool, heroína, ecstasy, etc.

¹ Estratégia de Luta Contra a Droga (1998): plano elaborado por uma comissão composta por reputados especialistas, coordenada pelo Prof. Cândido Agra.





Por razões didáticas, e, porque nos propomos apontar algumas vias orientadoras, de natureza multidisciplinar, nas quais o contributo somado e complementar da sociedade civil, do poder local, das dioceses e, evidentemente dos serviços de saúde, terão, em conjunto integrado, um papel decisivo no combate ao mal chamado “droga”, optámos por dividir a nossa reflexão em três partes.

Na primeira parte tentaremos definir o fenómeno toxicod dependência. Tocaremos ao de leve as duas formas de dependência mais importantes – o álcool e a “droga” propriamente dita. Sim, porque para além da fenomenologia semelhante que suporta as duas dependências², elas estão hoje frequentemente associadas.

Na segunda parte aprofundaremos toda a temática relacionada com o fenómeno “droga”. Olharemos o problema em si, bem como o seu enquadramento legal, as respostas que têm sido ensaiadas, a questão da insegurança e da exclusão. Na terceira parte reflectiremos sobre os potenciais caminhos de neutralização do fenómeno “droga”.

1. Toxicod dependências

Em geral usa-se este termo para designar estados de intoxicação crónica do organismo, produzidos pelo consumo de uma ou mais drogas (naturais ou sintéticas). Tais estados, são prejudiciais ao indivíduo e à sociedade e caracterizam-se por um desejo ou necessidade incoercível de continuar a consumir.

O indivíduo apresenta em regra um padrão de comportamento socialmente desadaptado com as implicações de ordem médica, psicológica, moral e jurídica consequentes.

1.1 Química

Utilizamos a expressão toxicod dependência química no sentido restrito, pois em boa verdade, o alcoolismo também é uma dependência tóxica e, igualmente, química. Adiante trataremos do alcoolismo. Por ora referimo-nos apenas às chamadas drogas duras e leves. Das primeiras fazem parte, entre outras de somenos importância, tendo em vista os objectivos que perseguimos, a heroína e a cocaína. Das segundas fazem parte os canábicos,

especialmente o haxixe.

Existe a ideia, significativamente absorvida pela comunidade científica tradicional, que o “mundo da droga” é mais ou menos homogéneo quando se relaciona a “droga” com a prática de actos ilícitos e com o crime. Ora, tal ideia está distante da realidade. Estudos recentes revelam que:

«para além do “mundo da droga” e para além do “mundo do crime” existe um terceiro mundo desviante, o “mundo da droga-crime”. A droga não actua directamente sobre o crime, mas através das mediações de uma formação específica, um novo fenómeno irreductível, quer ao fenómeno-droga, quer ao fenómeno-crime.

Com efeito, as matérias que compõem e os indivíduos que habitam cada um destes três mundos desviantes são diferentes. Assim, contrariamente à ideia comum, nem todas as drogas estão associadas ao crime, nem todos os crimes associados às drogas. Não existe uma associação geral, como geralmente se crê. As matérias que entram na composição do mundo droga-crime são: do lado das substâncias, fundamentalmente a heroína e a cocaína. As drogas leves não entram nesta composição, são substâncias psicoactivas, praticamente desproblematizadas; do lado do crime, são fundamentalmente o roubo, o furto, a receitação e o tráfico. A violência e o crime contra pessoas não entra, por regra, na composição droga-crime. Os indivíduos que habitam o “mundo da droga-crime” diferenciam-se, quer daqueles que, habitando o mundo do consumo das drogas, não passam a fronteira para o lado do crime (toxicod dependentes “puros”, sem história criminal), quer daqueles que, habitando o mundo do agir criminal, não passam a fronteira para o lado das drogas (os delinquentes “puros”, sem história de consumo de drogas).» (Agra, 1997)

Ora, esta constatação suportada por estudos empíricos rigorosos, não pode deixar de ser tida em conta na construção das políticas destinadas ao combate à toxicod dependência. E, de imediato, uma conclusão se impõe: as drogas não podem ser todas encaradas social e politicamente da mesma maneira. Cada grupo requer uma atitude política diversa, tendo em conta os objectivos médicos, sociais, morais e jurídicos que se perseguem.

1.2 Alcool

Portugal tem hoje, como acima referimos, próximo de milhão e meio de bebedores excessivos, dos quais, pelo menos oitocentos mil, apresentam problemas mais ou menos graves, de natureza médica e psiquiátrica relacionados com o álcool. E, se olharmos apenas o Portugal urbano, o cenário não se altera significativamente. Por exemplo, no Porto de hoje, pelo menos 15% da população³ sofre os efeitos do álcool. Tendo em conta o crescente consumo pela juventude e, ainda o

² Fernando da Fonseca, com muita propriedade, designa o alcoolismo como uma “toxicod dependência de massas”.





facto de cada vez mais raparigas usarem e abusarem de bebidas alcoólicas diversas⁴, perspectiva-se, a curto e médio prazo, um horizonte sombrio para as novas gerações, em termos não só de saúde pública, mas também de equilíbrio social e civilizacional.

2. O mundo da “droga”. As drogas químicas clássicas

Referimo-nos, neste capítulo, às substâncias tradicionalmente nomeadas com a expressão, aliás carregada de significado, “droga”.

No sentido de sabermos do que estamos a falar quando usamos a expressão “droga” representamos em esquema os principais grupos e as respectivas substâncias activas. Dividimos de forma muito sintética e, portanto, reducionista o quadro das drogas em três grupos.

1º Grupo - Opiáceos: o ópio é extraído duma espécie de papoilas. Existem compostos naturais como a heroína e sintéticos como a metadona.

2º Grupo – Estimulantes do Sistema Nervoso Central: o composto natural mais usado é a cocaína e o sintético é a anfetamina (substância que entra em muitos medicamentos destinados ao emagrecimento).

3º Grupo – drogas psicomiméticas: são substâncias que provocam estados psíquicos semelhantes àqueles que se experimentam nos sonhos. Os representantes pesados deste grupo são o LSD e os seus sucedâneos e os representantes leves são o tradicional haxixe e a marijuana.

Todas estas substâncias podem provocar dependência. Porém, em algumas delas, a dependência é, ao mesmo tempo, física e psicológica (heroína, por exemplo) enquanto que noutras, a dependência é fundamentalmente psíquica (caso do haxixe).

Os diferentes tipos de dependência, bem como os diversos graus de perturbação do comportamento a que as várias espécies de “droga” podem conduzir, justificam medidas socio-políticas distintas, mas com elasticidade bastante para se revelarem pragmáticas. Usar haxixe é, de facto, completamente diferente de

usar heroína ou cocaína.

2.1 Análise do problema

2.1.1 Raízes da “droga”

A “droga” constitui hoje, certamente, um dos mais delicados problemas de saúde pública. E, se às chamadas drogas legais e ilegais associarmos o álcool, então, não teremos qualquer dúvida em classificar este conjunto de substâncias e o seu consumo descontrolado, como o mais sério factor desestabilizador da sociedade e, certamente, a mais importante questão de saúde pública nos tempos modernos.

Sobretudo, a partir dos anos 70 e 80, com a chamada proliferação dos bairros sociais, muitos deles instalados nos anéis periféricos das cidades, assistimos ao desenvolvimento acelerado de postos de venda de substâncias com acção psicotrópica, semeados profusamente não só nessas áreas, mas também nos cantos e becos insalubres e escuros das zonas históricas. Tais bancas de “drogas”, duras e leves, rapidamente se constituíram em verdadeiros mercados, expostos à luz do dia uns, abrigados à sombra da noite e da miséria outros e encobertos debaixo dum manto de estranhas cumplicidades outros tantos. Por detrás dos postigos imundos das zonas proscritas brilham frequentemente olhos inocentes de criança ou fáiscam, pedrados, olhos cansados que o vício se encarregou de amortilhar. Pelas mãos de uns e outros circula o “pó”.

Das mãos de uns e de outros desprendem-se fios de dinheiro sujo, seguindo trajectórias complexas mas previamente desenhadas e calculadas. A via ascendente do lucro decalca sem desvios apreciáveis a via descendente da distribuição. Lá em cima, no sítio onde desagua o lucro, abriga-se, magestático e intocável, o pujante e poluído oceano da grande economia. Paralela, dizem uns; ilícita dizem outros; economia, simplesmente, dizemos nós!

Paralela, ilícita ou tolerada, a economia ligada à “droga” funciona segundo regras que atravessam, em corte vertical, todos os estratos sociais, formando autênticos códigos de comportamento cujos princípios fundamentais fluem velozmente pelos interstícios da pirâmide desde o vértice até à base, segundo eixos orientados para lucros astronómicos (o ascendente) e para o vício suicida (o descendente). Assim, no topo da pirâmide, escondem-se, a coberto da distância social e das alturas do poder, as mentes perversas, despidas de valores, que formatam toda a estrutura, forçando ao alargamento da base - quanto maior for esta maior será o lucro, pois nela circulam os infelizes que tiveram a desdita de perderem um dia a liberdade psíquica, ou seja a capacidade de escaparem ao apelo incoercível da “droga”. No topo, jorra o privilégio e o oiro;

³ Estima-se que circulem no Porto contemporâneo cerca de 52.500 indivíduos marcados pelo álcool. Pelo menos 20.000 são jovens a caminho do alcoolismo.

⁴ Assistimos hoje a uma mudança radical dos hábitos de beber. Há alguns anos o consumo assentava principalmente no vinho, tinto no interior do país e branco em muitas regiões do litoral. Hoje, e fundamentalmente por força do gosto prevalente na juventude, o tradicional vinho foi substituído pela cerveja e por bebidas destiladas (whisky, vodka, etc.), o que complica seriamente a solução do problema.





na base, amortalam-se os valores e cava-se a sepultura e a desgraça. Trata-se dum código conhecido, assimilado por todos, desde os “clientes” aos agentes do “negócio”. Até muitos daqueles que têm como tarefa primeira regular a sociedade e promover o bem estar e a segurança das pessoas, o conhecem.

O problema “droga” escorre hoje por todos os interstícios do país, manchando, de forma frequentemente irreversível, largas faixas do tecido social – pensemos, por exemplo, no problema dos arrumadores de automóveis. A organização que suporta a “droga” apresenta-se carregada de estranhas cumplicidades. O seu edifício mostra-se, aos olhos de todos, estruturado em patamares de complexa textura socio-económica, patamares esses orientados, rigidamente, de cima para baixo, de acordo com o dinheiro e o poder a ele sempre ligado. Há medida que se desce rumo ao subsolo do fenómeno, isto é, rumo ao local onde formigam as massas consumidoras, esvai-se o dinheiro e sobra a desgraça, a miséria e o delito. Nenhuma nesga do país escapa hoje a este fenómeno; nem as grandes cidades do litoral, nem tão pouco o Portugal rústico, limpo desta tragédia não há ainda muitos anos. Actualmente, até as mais pacatas e recatadas aldeias do país, reagem impotentes ao espectáculo absurdo da “droga” dentro dos seus muros. Enfim, punhados e punhados de jovens portugueses, muitos deles descolarizados bóiam sem rumo e sem qualquer projecto, à tona da vida, afogados no vício e na dependência.

É assim que, por exemplo, no Porto ou em Lisboa, o tecido urbano se desagrega diante dos nossos olhos. A “droga” galopa sem freio no interior das chamadas bolsas periféricas das cidades; salta de ilha em ilha sem ser detida; alastra, perigosamente, a sua sombra, pelos espaços públicos, jardins, parques e zonas históricas, chamuscando impiedosa e acutilante o mais nobre espaço social, ou seja, a escola.

2.1.2 O problema em si

Tomemos como exemplo o Porto. Pensamos ser possível, nos dias de hoje, estabelecer uma relação triangular entre a “droga” a degradação urbana e o sentimento de insegurança que marca, de maneira expressiva, o cidadão do Porto. Perante este cenário duas questões se levantam.

É possível intervir no conjunto de elementos que compõem o cenário no qual a “droga” progride e mata?

E, se é possível, qual deverá ser o papel do poder local e da sociedade civil no combate ao problema chamado “droga”?

Ora, os três vértices do triângulo acima identificados, ou seja, o agente nocivo - a “droga”, a crise da cidade e o sentimento de insegurança, organizam-se, ao redor de dois elementos: “o espacial («hiper-mercado

das drogas», zona vivida como perigosa no discurso social) e o individual (o «junkie, concentrador de riscos sanitário e delinquential, vivido como potencial agressor pelo discurso social)” (Fernandes e Carvalho, 2000).

O Porto de hoje está semeado de bolsas negras! Nas suas sombras florescem lugares interditos, mercados cujas bancas se espalham por barracas miseráveis e por cogumelos de casebres enquistados no Porto clássico, abrigando, geralmente, famílias numerosas. Tais “mercearias”⁵ estendem-se, profusamente, pelos bairros sociais, alguns deles transformados em autênticos territórios tribais⁶, territórios onde não são bem vindos todos aqueles que, de alguma forma, estão do lado de fora da “droga”. O lodo destes lugares insalubres é hoje cruzado e remexido pelo movimento dum série de figuras cuja diversidade desenha a realidade trágica daquilo a que se vem chamando em termos genéricos “a droga”. Ou seja, a “droga” é tudo; a substância e tudo que com ela se relaciona; a “droga” é o lugar, o mercado, o canto escuro e perigoso, frequentemente infecto e interdito; é o consumidor que também trafica, é o consumidor degradado, é a rapariga que se prostitui para adquirir o produto, é o dealer frequentemente cadastrado, é a viúva insuspeita que colabora no negócio, são alguns agentes infiltrados no meio, mas a ele aliados pelo vício ou por outras conveniências, são os arrumadores de automóveis que hoje enxameiam o Porto, operando em quase todas as praças e espaços públicos destinados ou não ao estacionamento automóvel. É esta a realidade actual do mundo da “droga” no Porto e, estamos certos, é este o cenário que caracteriza a maior parte das zonas “escuras” da maior parte das cidades portuguesas.

2.1.3 O juízo social

Face a esta realidade qual tem sido o juízo social e quais as práticas emergentes dos saberes que se vêm acumulando? O juízo social está carregado de reprovação, de sentimento de insegurança e de medo (cada um teme que o flagelo lhe possa bater à porta). Palpita por toda a parte um sentimento de frustração e de revolta em relação aos poderes públicos, na

⁵ Nome pitoresco como se designa, em certos grupos de consumidores, o espaço de venda do produto “droga”.

⁶ Estudos recentes, conduzidos pelo Prof. Luís Fernandes (Fernandes e Carvalho, 2000) revelam a respeito da insegurança o seguinte: o que de facto aumentou, não foi a insegurança propriamente dita, mas sim, o sentimento de insegurança. O que assusta em si não é o bairro em si mesmo, mas alguns figurantes que usam aquele palco, como sejam, por exemplo, ciganos, ociosos, toxicod dependentes e outros. O sentimento de insegurança pertence ao imaginário colectivo, emerge portanto dum findo representacional e é produto da intensa mediatização do fenómeno segurança no contexto social.



medida em que se pressente que o problema é primariamente atacado a montante, ou seja ao nível do pequeno tráfico e do consumo. Pesa hoje, na consciência colectiva das pessoas, um inquietante sentimento de injustiça alimentado pelo desejo de protecção das famílias que são forçadas a carregar a dor, a suportar humilhações de todo o tipo, e, muitas vezes, a arcar com as brutais consequências do comportamento dos filhos toxicodependentes.

Os saberes a respeito do fenómeno “droga” estão saturados de dúvidas e de complexas construções lógicas. Daí a sua diversidade. Os discursos produzidos, embora muitas vezes sérios, escorregam frequentemente pelos declives das meias verdades, desamarrados da realidade, chegando mesmo a contradizer-se entre si. Assim, a “droga” é, ou pelo menos tem sido, um fenómeno encarado numa perspectiva tão ampla e tão difusa que, os saberes a seu respeito se atropelam, embaraçando-se em novos discursivos infundáveis, usualmente marcados por um academismo que se tem revelado estéril. Os vários discursos acabam por se cristalizar em saberes, necessariamente limitados pelas coordenadas ideológicas, reduzidos assim a apertadas leituras do fenómeno, espremidas em conceitos de carácter político, moral, social, médico, psicológico, jurídico e até religioso, relativamente afastados da realidade. A diversidade dos saberes tem conduzido a práticas também elas diversas no que concerne aos modelos utilizados para defrontar a realidade. Daí que os métodos de combate ao problema “droga” se tenham saldado, até hoje, pelo insucesso e pelo desperdício de recursos, não obstante a entrega e o esforço de muita gente, honestamente interessada em encarar o problema com a elevação que merece. Só assim se compreende que, por exemplo no Porto, o fenómeno cresça descontroladamente (basta olhar para as praças da cidade, dia a dia mais ensombradas pelo espectáculo degradante dos arrumadores, ou para o descabro que se vive em algumas escolas), apesar do razoável investimento em dinheiro, em projectos e em pessoal.

2.1.4 O percurso do discurso social

A evolução do discurso socio-político no campo da “droga” tem ondulado por leitões pedregosos, marginados por duas perspectivas cujo entendimento do problema e da sua solução se afigura praticamente oposto. Dum lado perfilam-se “aqueles que atribuem todos os problemas às drogas e à sua disponibilidade; do outro, estão os que os imputam principalmente às proibições, às restrições e à criminalização das práticas ligadas

às drogas”⁷.

Temos assim que um dos modos de ver o problema assenta na presunção de que o toxicodependente se confunde com o criminoso ou, pelo menos vive mergulhado na esfera do ilícito. Outro modo de ver acha que o dependente não passa de um vulgar consumidor que, sistematicamente, esbarra contra a barreira social, vendo-se impedido, à face da lei, de satisfazer a sua vontade, acabando por tombar, mais tarde ou mais cedo, para a valeta da marginalidade. As ondulações discursivas fluem assim de forma mais ou menos tempestuosa, ora inclinando-se para o combate cego ao consumo, visando a abstinência a qualquer preço, ora voltando-se para objectivos mais contemporizadores, orientados para planos de ajuda ao consumo de modo a que este se faça em segurança e em cumprimento de critérios de qualidade mínimos.

Actualmente em toda a Europa o caminho seguido nesta matéria tem-se pautado por políticas cada vez mais pragmáticas, orientadas para a redução dos prejuízos e dos riscos inerentes ao fenómeno. Quer dizer, aceita-se o fenómeno como algo ao qual é difícil opor grande resistência a curto prazo, e, portanto, há que proteger as pessoas de modo a que o mal não as moleste excessivamente. Em Portugal em geral, e, no Porto em particular, não tem sido fácil ajustar o combate à toxicodependência a este novo paradigma. Tal exige uma grande disponibilidade no campo da intervenção médica, social e psicológica, dado que as abordagens e as orientações destinadas a minorar os danos e os riscos são diversas de acordo com os diferentes casos.

2.1.5 O percurso do discurso político

O percurso político tem seguido de muito perto o caminho apontado pelo discurso social. Do lado do discurso político acumularam-se entraves diversos, frustrações e apertadas mudanças de direcção em quase todos os quadrantes. Do lado do discurso social balbuciam-se dúvidas e gaguejaram-se soluções quase sempre desajustadas não só à realidade mas, sobretudo, à brutal complexidade do fenómeno. Eis, em Portugal, a trajectória do discurso político⁸.

⁷ Regime Geral das Políticas de prevenção e Redução de Riscos e Minimização de Danos, Pg.57





Guerra total à droga – o toxicodependente ocupa um plano secundário no jogo da droga. O grande inimigo é o traficante e o produtor das substâncias proibidas.

Sociedade limpa – o dependente é a um só tempo problema que, antes de mais, convém prevenir e é também vítima da presença do traficante que convém eliminar.

Saúde pública – enfatiza a prevenção e entende a toxicoddependência como uma doença que importa tratar e, se possível, curar.

Redução dos riscos – importa informar e aconselhar de modo a diminuir a prevalência e a incidência das doenças e dos seus efeitos na vida do sujeito. Aposto-se também na redução do consumo ou na substituição da substância usada por alternativas menos prejudiciais.

Redução de prejuízos – Importa, fundamentalmente, evitar os prejuízos sociais. Embora a droga seja considerada como algo lesivo e indesejável, aceita-se pragmaticamente a sua presença no circuito ambiental como sub-produto, de certa forma inevitável, das sociedades modernas. Para ser atingido o objectivo perseguido – anulação ou pelo menos diminuição de prejuízos -, defende-se a despenalização e a aceitação do consumidor como ser detentor de direitos no campo da sua dependência.

Legalização – desfocagem prioritária da vertente jurídico-penal. Abertura de mercados legalizados, embora muito controlados, para fazer face às necessidades de consumo de quem não encontra outra solução para se relacionar com a vida. Seria possível por esta via evitar os comportamentos ilícitos e frequentemente criminosos perpetrados por impulsos orientados para a aquisição da droga a qualquer preço e por qualquer meio.

Liberalismo e ajustamento às necessidades do dependente – respeito pelos direitos e interesses do sujeito. Os consumidores, enquanto tal, têm o direito de saberem o que estão a consumir, sobretudo em termos de qualidade. Apostam na concorrência e na abertura legal dos mercados para, se desejarem, poderem consumir em segurança e a preços baixos (controlados pelo próprio mercado).

2.2 Do hábito ao vício. Movimento antropológico

Emerge da sabedoria popular: o homem é um animal de hábitos! Presumo que se entenda por hábitos, neste contexto, rotinas através das quais, o homem combate a imprevisibilidade da sua própria natureza e de factores que lhe são externos. Assim sendo, a noção de “hábito” adquire um sentido positivo e aponta para um Homem cuja humanidade é naturalmente boa. Porém, é mais que sabido que o bom homem de Rosseau partiu aquando da morte de Deus, preconizada por Nietzsche e é neste sentido que Dostoiévski afirma que num mundo onde Deus não existe tudo é permitido.

Ora, o homem, enquanto estrutura complexa, capaz de complacência ou lucidez (arte de Lucifer), adquire, por isso mesmo, hábitos bons e hábitos maus.

É certo que numa mundividência onde se anula o divino, não há quem distinga entre “bom” e “mau”, “verdadeiro” e “falso”, ou se o bom é o verdadeiro e o mau o falso. Missão ingrata esta que, nas mãos do homem, o deixa sem instrumentos conceptuais para estabelecer fronteiras, pois os adjectivos absolutos carecem, naturalmente, de fundamento. Assim sendo, puxando a divindade dos céus para a terra, as diversas ciências foram sucessivamente tentando substituir a palavra de Deus: assim foi com a Física, a Astrologia, a Matemática, a História, etc. Perante o insucesso destas e doutras restava apenas um discurso amoral, e melhor ainda, higiénico acerca dos hábitos humanos (atravessamos um tempo que se pretende virado para a ecologia). É então que a medicina se impõe como discurso alternativo (exprimindo a eleição da phisis/corpo/saúde em detrimento da metaphysis/alma/equilíbrio ético e estético); falível, mas suportado por aspectos supostamente inquestionáveis porque ditos científicos. Digamos que a ciência que se ocupa da saúde do homem, que encara o homem enquanto organismo, que ignora os aspectos qualitativos da questão (não esquecer que é tempo do culto do corpo) se apodera do lugar que a teologia ocupava. E qual é o discurso da medicina...? Prevenção, tentativa de cura, optimização do bem estar, evitamento da dor, adiamento da morte, prolongamento da vida no tempo. Ora, nada melhor do que este manancial de boas intenções para que se pudesse abordar a questão do bem e do mal, neste caso, dos bons e maus hábitos, sem que isto supusesse uma tomada de posição em termos éticos. E tudo em nome da “vida” que se elege como valor. É aqui que se demarcam os bons dos maus. Os maus são aqueles que adquirem maus hábitos, entendendo-se por maus hábitos comportamentos compulsivos, prejudiciais ao próprio homem, escravizando-o à rotina e ao teor do próprio hábito. Assim, o hábito torna-se um vício, que sendo um defeito físico ou moral, peca apenas pelo excesso. É sempre o excesso de algo que faz prevalecer o defeito.

⁸ Servimo-nos para esta reflexão dum quadro sobre o tema em apreço consta do documento “Regime Geral das Políticas de Prevenção de Riscos e Minimização de Danos. Pg. 56



O conceito de vício está imbuído de uma conotação negativa que implica dependência e subserviência. Estas duas categorias (dependência e subserviência) também elas mal cotadas no nosso sistema de bondades, entram em colisão com os valores que actualmente se enaltecem tais como o individualismo, a realização pessoal, o sucesso, próprios de uma sociedade direccionada para o imediatismo e para o triunfo. Olhando então o homem numa perspectiva existencial, diremos que uma das suas mais fascinantes características é a enorme capacidade de produzir mundos vivenciais (cenários da existência), aproximando-se alguns da realidade objectiva, mantendo-se outros por detrás das ameias subjectivas. Imaginemos então um desses mundos.

Diante de mim tenho um tabuleiro de xadrez com as respectivas peças tradicionais. Durante o jogo, ao deslocar uma qualquer pedra, por menor valor que ela possua, fica alterada a carga relacional de todas as peças de ambos os campos, bem como a atitude dos dois jogadores. Cada quadrado de xadrez possui um determinado valor, profundamente variável, mas sempre de acordo com o peso das figuras que por ele passam, quer seja em cima quer seja ao lado. O próprio percurso das peças, pretas ou brancas, nobres ou plebeias, influenciam directa ou potencialmente, não só o valor das outras peças, mas também as intenções dos protagonistas do jogo. Isto é, cada figura não vale só por si mesma, mas por todo um enorme conjunto de circunstâncias existenciais. Em todos os movimentos, cada torre, bispo ou simples peão, promove subtis ou profundas alterações no todo constituído pelo campo de forças em presença.

Por outras palavras, cada pedra está dependente das demais e a liberdade dos seus movimentos resulta, de alguma forma, da conjugação de todas as dependências, e, por consequência, de todas as liberdades.

Imaginemos uma criança a contemplar pela primeira vez um jogo de xadrez. No princípio a criança ficará certamente desagradada com a lentidão do movimento das peças e com o aparente absurdo das situações. Desagrado esse resultante, obviamente, da sua ignorância a respeito do jogo. A única coisa que a excitará será, por ventura, a cor e a forma dos objectos que passeiam no espaço lúdico que se desenha à sua frente. Com a aprendizagem, a criança vai enriquecendo o seu discurso com os diferentes personagens do cenário, vai ganhando conhecimento das regras que disciplinam o jogo e vai avaliando a força potencial dos distintos elementos em presença. Assim, o mundo que tem diante dos olhos, assume novas dimensões, renovando-se num primeiro tempo a organização das formas (nova gestalt) e num segundo tempo, reordenando-se os conteúdos (novo campo vivencial).

À luz da teoria hegeliana Tese-Antítese-Síntese, estabelecem-se então novas dependências, implicando as peças ente si, entre a criança e as figuras, entre o homem e o jogo (vício crescente). A uma determinada situação (tese), opõe-se uma outra (antítese), que por sua vez se impõe como uma nova tese. A liberdade interior de cada um e de alguma forma o livre arbítrio, assume novos contornos de natureza qualitativa e quantitativa e a dinâmica que se estabelece quando se fica preso, emocional ou racionalmente a algo, principalmente em situações patológicas, obriga a um conjunto de inflexões intencionais ao nível da consciência do eu, que lutam contra os mecanismos instintivos que sistematicamente empurram o sujeito para o vício e que são vivenciados na consciência sob a forma de conflitos.

Em tudo na vida é assim. O homem, na busca do conhecimento das coisas, começa sempre por realidades mal configuradas, difusas, imprecisas, sem limites e portanto independentes. Depois, caminha através de projectos, intencionais ou aleatórios, para realidades já configuradas, precisas, concretas, dimensionáveis e, portanto, “dependentes” – poderia dizer viciadas. Se nos reportarmos ao conteúdo do primeiro parágrafo do mais antigo texto bíblico, tem todo o sentido o que acabamos de dizer: “Ao princípio Deus criou os céus e a terra. A terra era informe e vazia. As trevas cobriam o abismo e o Espírito de Deus movia-se sobre a superfície das águas.” (Bíblia Sagrada). No princípio de tudo pairamos sempre em realidades indefinidas, protopáticas, sem forma e sem dimensão substantiva e, portanto, sem dependências e sem vícios. Depois, guiados por factores naturais ou divinos, caminhamos à procura do conhecimento das coisas, carregados de intencionalidade mas também de destino e sobretudo de hábitos, dependências e vícios.

Os termos vício, habituação e dependência são por vezes utilizados indiscriminadamente e o seu uso tem variado de acordo com as épocas e com as situações. O antigo conceito de vício foi substituído, nas ciências sociais e médicas actuais, pelo conceito de dependência. Porém, o termo vício encerrava um conceito muito mais lato, referindo não só as situações claramente psicopatológicas, mas também as situações psicológicas normais. Em geral, a dependência, seja física, seja psicológica, ou ambas, mergulha quase sempre no patológico.

2.3 Fenomenologia da dependência

Com os instintos (vamos recuperar o sentido clássico deste termo), o homem satisfaz as suas necessidades básicas, através de comportamentos geneticamente determinados e que passam ao lado da experiência. Esta, todavia, vai excitando outras valências





psicológicas que se põem em marcha através das emoções, da vontade e da inteligência, alongando mais e mais o percurso que separa o estímulo da satisfação. Isto é, os comportamentos, quer instintivos quer adquiridos, vão-se processando de forma mais elaborada e portanto mais complexa à medida que o homem evolui no conhecimento do mundo envolvente. Em certos casos, aliás muitas vezes com expressão psicopatológica, como acontece em determinados comportamentos obsessivos, este percurso é penosamente longo, carregado de rituais, de hesitações, de repetições, de inseguranças e de angústia.

Ora, de uma outra forma, no vício e na dependência, torna-se por demais evidente todo um encurtamento do percurso que conduz à satisfação das necessidades, muitas vezes pode mesmo falar-se de satisfação em curto circuito. É curioso notar que no ventre materno a satisfação é imediata. No paraíso uterino, a fome, a sede, o frio, em suma, o desconforto, é satisfeito ao menor sinal de alerta, por parte do ser nascente. Trata-se da cópia fiel, no plano filogenético, do que acontece numa visão antropológica à escala ontogenética – o Éden Bíblico. No adulto, o mesmo cenário exige já um certo número de pressupostos, claramente mais elaborados e que naturalmente se processam a um nível mais elevado da vida psicológica. Quer dizer, o comportamento diferencia-se.

No vício e na dependência, para além de assistirmos ao tal encurtamento do percurso já referido, observamos também uma progressiva marcha para a indiferenciação do comportamento. Em princípio, qualquer satisfação humana de uma necessidade pode deslizar para um vício. Porém, um comportamento com tendência para se estabelecer em vício, não é só por si uma doença. Para o ser, torna-se necessário que exista uma total perda de liberdade do sujeito, com flagrante estreitamento do leque de opções ao nível da consciência; outras vezes impõem-se ao sujeito a necessidade imperiosa de absorver uma qualquer substância, a fim de apaziguar o sofrimento físico. Vejamos, por exemplo, o que acontece com o álcool e o alcoolismo. Antes de mais, adquire-se paulatina e progressivamente o hábito de beber, que no entanto se mantém diluído no conjunto de outros hábitos. Num segundo tempo, caminha-se para a satisfação desta necessidade, que entretanto se foi agigantando, isola-se dos restantes, (por exemplo, do caminho para a necessidade de comer ou de dormir), adquire total autonomia e persegue os seus próprios fins. Assistimos então à redução do homem em termos de autonomia, embaraçado numa rede de exigências interiores que lhe limitam dramaticamente as opções racionais. A liberdade,

valor supremo da consciência humana, aperta-se. Cria-se assim, uma nova hierarquia de valores e de obrigações que transcendem o homem enquanto indivíduo. Ao encurtamento do percurso entre a necessidade e a satisfação sucede um novo encurtamento entre a satisfação e a nova necessidade.

Caminhamos deste modo para um caracol de comportamentos repetidos, que se tornam imperiosos, emanentes de níveis estruturais muito baixos da vida psicológica.

Paralelamente, eleva-se em crescendo, na consciência do sujeito, o espectro da insaciedade, obrigando-o ao rodízio do vício com flagrante amputação da liberdade.

E isto acontece, não só com os vícios ligados a tóxicos (álcool, drogas, medicamentos, tabaco, etc.), mas também com os vícios sem tóxico (vício de jogo, de emagrecer, comer, D. Joanismo, fetichismo, etc.).

Interessante será questionar, em relação a estes últimos, onde deve ser traçado o limite entre as perturbações neuróticas ou psicopáticas do comportamento e o vício. Por exemplo, o prazer pela comida, pode em certas circunstâncias perverter-se para a avidez, ou o prazer para a poupança pode evoluir para a avareza. E o prazer pela ordem, que aos poucos se vai tornando num fanatismo pela ordem, prendendo o sujeito à constante vontade de arrumação das suas coisas, por vezes com enorme sofrimento, como acontece com certas neuroses obsessivas. Onde está a fronteira ?

3. O Percurso do triunfo

Independentemente da bondade de todos aqueles que à tragédia da “droga” têm generosamente dedicado a sua vida profissional (às vezes mesmo pessoal), as respostas ensaiadas até hoje não se têm mostrado eficazes na ultrapassagem do problema. Palpita-nos que um dos factores que mais tem contribuído para o insucesso se situa numa espécie de tendência à diabolização do fenómeno “droga”. De facto, frequentemente vemos acantonados num pólo (o mais amplo), todos aqueles que entendem o problema como uma questão jurídica ou simplesmente de polícia; no outro pólo situam-se todos aqueles que pensam que a questão se resume a um problema médico, credor portanto de toda a entrega e dedicação dos sistemas de saúde. Não temos naturalmente a pretensão de apontar soluções exactas, nem elas existem com este perfil, mas tão só de acompanhar todos aqueles, e são muitos, que pensam que o problema se neutraliza (neutralizar não significa irradiar) com um amplo investimento na prevenção primária e,



sobretudo, na educação.

Não cabe ao Estado, em nossa opinião, o exclusivo de semelhante tarefa. Pensamos até que nem sequer cabe ao Estado o fundamental deste empreendimento. Ao Estado caberá, certamente, o papel de organizar, orientar e racionalizar todos os recursos emergentes das organizações populares, do poder local, das paróquias, das minorias religiosas e étnicas, numa palavra da sociedade civil. Só com um grande investimento na educação, só com uma efectiva revitalização da instituição familiar, só com uma aposta sem limites na prevenção primária se abrirão os portões do triunfo. O resto, bom o resto, tirando um apreciável punhado de boas intenções, são palavras. Temos de assumir, por muito que isso custe, que existe em Portugal, bem como em muitas outras nações, uma franja da população (infelizmente jovem) absolutamente perdida. Para estes só existe um modo de ajuda: tolerância responsável e reabilitação possível.

BIBLIOGRAFIA

Agra, C. (1997). Droga – Crime. Estudos Interdisciplinares. Lisboa: Ed. do Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga, p. 194.

Bíblia Sagrada – Pentateuco, Livro Genesis : “As Origens do Mundo”.

Fernandes, L. e Carvalho, M. (2000): Problemas no estudo etnográfico de objectos fluidos – Os casos do sentimento de insegurança e da exclusão social. Ed. Educação Sociedade e Culturas, nº 14: 59-87.

Fonseca, Fernandes (1985): Psiquiatria e Psicopatologia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Regime Geral das Políticas de Prevenção e Redução de Riscos e Minimização de Danos.

